



INTERVENÇÃO DA CDU (PCP/PEV) NA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 29 DE ABRIL 2011

Na última reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Colares, a CDU apresentou as seguintes moções:

- 1 - “Saudação do 37º Aniversário do 25 de Abril” (aprovada por unanimidade);
- 2 - “Saudação do 1º de Maio em Liberdade” (aprovada por maioria com duas abstenções da Coligação Mais Sintra);
- 3 - “Contra a Privatização da Linha de Sintra” (aprovada por maioria com três votos a favor, oito abstenções (6 da Mais Sintra e 2 do PS) e um contra da Mais Sintra).

Antes da Ordem de Trabalhos, o Eleito da CDU, Joaquim Domingues Alves, questionou o Executivo sobre os seguintes assuntos:

- a) O lixo das podas dos Plátanos, resultante da Intervenção da Estradas de Portugal na Freguesia, que ficou acumulado nos passeios por demasiado tempo e provocou um enorme incómodo aos fregueses, questionando que medidas o Executivo da Junta tomou ou pensa tomar para evitar que esta situação se repita em intervenções futuras da referida entidade;
- b) A previsão para a colocação do pavimento sintético no Parque Infantil da Ulgueira;
- c) O acesso à localidade do Mucifal pela Rua 25 de Abril, que se encontra com o pavimento em muito mau estado questionando se o Executivo considera exigir à Câmara alguma intervenção para breve no referido local;
- d) O Ponto de Situação das acessibilidades à Escola da Sarrazola
- e) Informações sobre a Visita de uma Comissão de Deputados Municipais à Faixa Litoral de Freguesia, incidindo nos aspectos abordados e saber se foi referido o Parque de Campismo Público previsto pelo POOC na Praia Grande?
- f) Em relação à Protecção Civil e da Protecção contra Incêndios Florestais, tendo em conta os cortes orçamentais anunciados para a referida área,

perguntou-se ao Executivo se tem conhecimento de alguma alteração no Plano previsto para a Freguesia?

g) Alerta para uma luminária decorativa que oculta um sinal de trânsito na Rua Cândido dos Reis, no sentido Colares Penedo, junto à Quinta Mazziotti.

A CDU continua a ser a força política com maior intervenção na denúncia e pela resolução dos problemas da Freguesia de Colares e relembra a importância da presença do público nas Assembleias de Freguesia para pugnar pela solução destes problemas e de outros, que queiram ver solucionados.

A HIPOCRISIA DO PS E AS ALTERAÇÕES NO TARIFÁRIO DO SMAS

Coordenadora da CDU (PCP/PEV) em Colares reprova veemente o ataque serrado do PS, no Concelho de Sintra, relativamente ao novo tarifário dos SMAS nas últimas semanas.

A CDU recorda que esta alteração de tarifário resulta das imposições legais aprovadas na Assembleia da República em relação aos tarifários de águas e saneamento, aprovadas com os votos favoráveis de PS, PSD e CDS, e contra do PCP e o PEV.

Importa lembrar que foi o Governo do PS/Sócrates e as suas políticas, que lesaram os interesses da população, taxando o consumo de um bem essencial como a água, em detrimento de taxar a propriedade, como até aqui acontecia.

Este ataque contínuo, que mais parece de carácter pessoal contra o Vereador da CDU em funções no SMAS, encobre a razão política de fundo do mesmo: a privatização do sector de fornecimento de água.

Um malabarismo que escamoteia responsabilidades políticas e que procura um protagonismo mediático vazio de princípios.

A CDU reitera que em política não pode valer tudo e o valor da Verdade é fundamental no desempenho dos eleitos locais

UM COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES E O POVO PORTUGUÊS



O PCP apresentou o seu Compromisso Eleitoral no passado dia 21 de Abril em Lisboa, um documento que aponta as razões e soluções para 6 questões fundamentais: financiamento e dívida, produção nacional, direitos laborais e sociais, distribuição da riqueza, soberania nacional, democracia e direitos e a proposta de uma alternativa, de uma política e de um Governo Patriótico e de Esquerda.

Por uma alternativa política patriótica e de esquerda, o PCP elencou as seguintes propostas:

1 - Na questão do financiamento e da dívida externa:

- A renegociação imediata da dívida pública portuguesa;
- A intervenção junto de outros países que enfrentam problemas similares da dívida pública visando uma acção convergente para barrar a actual espiral especulativa, a par da adopção de medidas que libertem os países visados das inaceitáveis;
- A diversificação das fontes de financiamento, retomando uma política activa de emissão de Certificados de Aforro e de Tesouro e de outros instrumentos vocacionados para a captação de poupança nacional.

2. Portugal a produzir: mais crescimento económico, mais emprego:

- Reforço do investimento público, voltado para a indústria, a agricultura e as pescas
- Aproveitamento integrado de todos os recursos nacionais;
- Defesa e reconstituição de um forte e dinâmico Sector Empresarial do Estado e a afirmação do Planeamento Económico, tal como a C.R.P. prevê, indispensável para reestruturar o tecido produtivo;
- Uma forte aposta nas micro, pequenas e médias empresas (MPME) e a dinamização e defesa do mercado interno.

3. Direitos sociais e laborais:

- O País precisa de uma política que valorize o direito ao trabalho constitucionalmente garantido e assegure a valorização dos trabalhadores;
- Através de uma política de criação de emprego inseparável do crescimento económico;
- Pelo respeito dos horários de trabalho (diários e semanais) e a progressiva diminuição da sua duração;
- Pelo combate à precariedade e pelo emprego com direitos;
- Revogando as normas mais gravosas do Código do Trabalho;
- Alargando os critérios de acesso ao subsídio de desemprego e ao subsídio social de desemprego.

4. Uma distribuição mais justa da riqueza:

- O aumento dos salários e das pensões e reformas;
- Uma reforma fiscal que alivie a tributação, directa e indirecta, dos trabalhadores, dos reformados e das micro e pequenas empresas, e em simultâneo promova uma tributação justa dos grandes lucros;
- Uma política social que dê prioridade ao combate à pobreza e à exclusão.

5. Defesa da soberania nacional:

A política patriótica e de esquerda parte da ideia central de que a soberania nacional não se negocia, vende ou cede, reside no povo e é a ele que pertence a decisão do seu presente e futuro colectivos.

6. Defender a Constituição e o regime democrático:

Questão crucial para a defesa do regime democrático é a efectiva subordinação do poder económico ao poder político.

Desenvolvimento destas propostas e outras no site: www.pcp.pt e www.cdu.pt

Por uma política patriótica e de esquerda

Agora CDU

PCP-PEV

